

## EDUCAÇÃO DO CAMPO: POLÍTICAS PÚBLICAS E DESAFIOS EDUCACIONAIS DAS COMUNIDADES RURAIS DE DIVINÓPOLIS (MG)\*

### RURAL EDUCATION: PUBLIC POLICIES AND EDUCATIONAL CHALLENGES FACED BY RURAL COMMUNITIES IN DIVINÓPOLIS (MG)

Reysla Karen de Oliveira Gontijo\*\*  
Isabella Fernandes Longatti\*\*\*  
Camila Zucon Ramos de Siqueira\*\*\*\*  
Laís de Souza Rédua\*\*\*\*\*

**RESUMO:** A pesquisa apresenta uma breve trajetória do contexto histórico, bem como os principais marcos legais e legislações que contemplam o tema da Educação do Campo no Brasil, buscando após esse aprofundamento mapear as comunidades rurais e escolas no campo de Divinópolis (MG) a fim de caracterizar o cenário da educação para estudantes do campo nesse território. Para isso, a perspectiva metodológica ocorreu a partir de estudos documentais, análises investigativas e exploratórias, a qual foram organizadas a partir de alguns pontos importantes: identificação dos principais desafios encontrados pelos sujeitos do campo no processo educacional; dificuldades enfrentadas pelos professores devido à falta de incentivo a capacitação; identificação se as Universidades/Faculdades do município oferecem curso de formação para Educadores do Campo; e sobretudo uma análise geral – de acordo com os dados apurados junto aos órgãos responsáveis - acerca da efetivação das políticas públicas no contexto educacional rural do município.

**Palavras-chave:** Educação do campo mineira; Políticas públicas; Comunidades camponesas em Divinópolis/MG.

**ABSTRACT:** The research presents a brief trajectory of the historical context, as well as the main legal frameworks and legislation that contemplate the theme of Rural Education in Brazil, seeking after this deepening to map the rural communities and schools in the countryside of Divinópolis (MG) in order to characterize the scenario of education for rural students in this territory. For this, the methodological perspective took place from documentary studies, investigative and exploratory analyses, which were organized from

\* O trabalho contou com financiamento do edital 08/2021 do Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ/UEMG) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

\*\* Graduada em Pedagogia pela UEMG.

\*\*\* Graduada em Pedagogia pela UEMG. Contato: isabella.1693420@discente.uemg.br

\*\*\*\* Doutorado em Educação pela UFMG. Docente da UEMG. Contato: camila.siqueira@uemg.br

\*\*\*\*\* Doutoranda em Educação pela UNESP. Docente da UEMG. Contato: lais.redua@uemg.br

some important points: identification of the main challenges encountered by the subjects of the field in the educational process; difficulties faced by teachers due to lack of incentives for training; identification of whether the Universities/Faculties in the municipality offer training courses for Rural Educators; and, above all, a general analysis – according to the data collected from the responsible bodies – about the effectiveness of public policies in the rural educational context of the municipality.

**Keywords:** Education in Campo Mineira. Public policy. Peasant communities in Divinópolis/MG.

## INTRODUÇÃO

*A memória guardará o que valer a pena.  
A memória sabe de mim mais do que eu;  
E ela não perde o que merece ser salvo.*  
(GALEANO, 2001, p. 8)

Das tantas questões que essa produção percorreu e atuou, ela ganhou um novo significado com a precoce partida da primeira autora, Reysla Karen de Oliveira Gontijo. Esta publicação é uma homenagem à sua dedicação, compromisso e esperança para a Educação do Campo no contexto mineiro e um agradecimento por termos tido a oportunidade e privilégio de nos indignar, construir e esperar juntas. Que a leitura deste texto seja uma forma de vocês, leitores, conhecê-la, conectando com as perspectivas que buscava e que nos deixa para reflexão e luta. Em nossa memória está a sua presença, sempre preocupada, atenta e crítica às questões da escola e do rural. Atenta aos números, à negação de direitos à população rural e às formas de ampliação do acesso à educação. Nossa memória guardará porque vale a pena.

Esta temática vem de inquietações que atravessaram nosso processo de formação docente, afinal, nos últimos anos vem se ampliando a discussão sobre um conceito novo e ainda em processo de construção: a Educação do Campo. O cenário educacional brasileiro vem sendo ocupado por esses sujeitos que até então haviam sido invisibilizados no contexto educacional. Essa conquista de espaço só tem avançado devido aos movimentos sociais e à efetivação de políticas públicas, que buscam oferecer ao campesinato o direito à educação justa e igualitária.

A Educação do Campo traz de forma explícita sua intencionalidade maior: a construção de uma sociedade menos desigual e com justiça social (CALDART, 2012; MOLINA, 2015). Entretanto, não vale somente conceder um espaço educacional para as comunidades rurais, é preciso respeitar as especificidades desses sujeitos dessas comunidades, levando em consideração o ambiente no qual estão inseridos. O currículo proposto deve estar de acordo com a realidade do campo, o que demanda uma pedagogia própria, que considere a realidade das vivências dessa população.

Nesse sentido, as principais questões que devem ser transformadas para que as escolas do campo atuem de acordo com os princípios dos movimentos camponeses referem-se a: formular e executar um projeto de educação integrado com um projeto político de transformação social liderado pela classe trabalhadora; garantir a articulação político-pedagógica entre escola e comunidade a partir do acesso ao conhecimento científico; e, vincular os processos de ensino/aprendizagem com a realidade social e as condições de reprodução material dos educandos (MOLINA; FREITAS, 2011).

Construir uma política de Educação do Campo referenciada na grande diversidade das populações rurais brasileiras é uma tarefa a que o Ministério da Educação (MEC), juntamente com os sistemas públicos de ensino e os movimentos sociais e sindicais do campo, tem se dedicado em virtude do reconhecimento da enorme dívida do poder público em relação ao direito dos povos do campo à educação (BRASIL, 2012). Embora saibamos que há ainda muito a ser conquistado em instâncias governamentais em termos desse reconhecimento e da garantia do acesso a essa modalidade de educação.

Segundo Caldart (2012), os dados do Censo de 2010 (IBGE) apontam que a população rural brasileira corresponde a 15% da população total do país. Em 2000, a população rural correspondia a 19%; já os dados do censo de 1980 mostravam 32% da população vivendo no meio rural. De acordo com essas informações, constata-se a triste realidade do êxodo rural<sup>1</sup> que demonstra a insuficiente política de Educação do Campo, como exemplo do descaso com que

---

<sup>1</sup> Atualmente esse termo foi problematizado devido ao falseamento da realidade ao qual o mesmo produz, o que ocorre é na realidade uma expulsão dos sujeitos camponeses de seus territórios.

os povos do campo foram e são tratados pelo poder público, mesmo que nos últimos dez anos conquistas tenham sido obtidas. A precariedade da infraestrutura das escolas no campo é a expressão mais imediata da situação.

Dessa forma, diante do avanço dos debates da Educação do Campo no Brasil, faz-se necessário trazer uma investigação e discussão perante o tema para o território do município de Divinópolis (MG) e arredores, orientada pelas indagações: que comunidades e escolas em contexto rural são identificadas no território que envolve o município de Divinópolis (MG)? Como é caracterizado o acesso à Educação Básica dos sujeitos desses contextos rurais nos documentos oficiais da educação e de regimentos do município? As políticas públicas relacionadas à Educação do Campo estão sendo aplicadas de forma satisfatória no município de Divinópolis, mais especificamente nas comunidades rurais? As Universidades/Faculdades do município oferecem cursos voltados para formação dos docentes do campo? Enfim, como se encontra o cenário da educação para estudantes do campo nesse território?

O objetivo dessa pesquisa foi mapear as comunidades e escolas em contexto rural em Divinópolis (MG), a fim de caracterizar o cenário da educação para estudantes do campo nesse território. Buscamos identificar os principais desafios encontrados pelos sujeitos do campo no processo de aprendizagem, além disso, constatar também se as Universidades/Faculdades do município de Divinópolis, oferecem curso de formação para Educadores do Campo.

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONCEITOS E PRINCÍPIOS**

No ano de 1990, iniciou-se a construção da proposta de Educação do Campo pelos Movimentos Sociais empreendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com o objetivo de abrir espaços para a luta e garantia de direito aos povos camponeses. Caldart (2012), reafirma esse propósito quando anuncia que a Educação do Campo vai em busca de “reconhecimento de que no campo há seus próprios conhecimentos, culturas, saberes, sujeitos que trabalham, produzem e constituem um modo de vida, se contrapondo a concepção de educação rural” (p.326). Além disso, que seja “um

espaço que tenha direito à Educação qualitativa, não apenas em um espaço reprodutivista do capitalismo, conceituando-se a escola do campo através da intencionalidade na formação de sujeitos críticos socialmente” (CALDART, 2012, p. 326).

Antes de iniciar algumas reflexões sobre Educação do Campo, se faz necessário compreender a diferença entre Educação do Campo e educação rural. Ribeiro (2012, p.295) auxilia a compreender o conceito de educação rural quando enfatiza que “para definir educação rural é preciso começar pela identificação do sujeito a que ela se destina. De modo geral o destinatário da educação rural é a população agrícola constituída por todas aquelas pessoas para as quais a agricultura representa o principal meio de sustento”. Seguindo com a compreensão, os autores nos auxiliam a entender o surgimento da expressão “Educação do Campo”:

O surgimento da expressão ‘Educação do Campo’ pode ser datado. Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho (CALDART, 2012, p.257-258).

A Educação do Campo é a proposta de educação integral, em sentido gramsciano, oferecida à população do campo. Assim, ela deve ser construída considerando os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e de acordo com a realidade de cada sujeito envolto nos processos. Diante disso a preocupação sob a metodologia emerge o envolvimento de sujeitos e movimentos sociais, com intuito na promoção de tais processos escolares baseados em valores, princípios e modos de vivência específicos a população do campo.

Nesse sentido, da busca de mudança e proposição de medidas que viabilizam a valorização do campo, surge o paradigma da Educação do Campo que se faz em oposição à educação rural. A educação rural estava mais voltada para a adaptação do camponês às condições educacionais em que prevaleciam

os valores da cidade sobre os valores do campo, forjando uma suposta identidade urbana para os camponeses. Assim, a educação rural basicamente consiste na inserção de um currículo que é compreendido como universal, aplicado em uma escola situada em zona rural. Assim, a Educação do Campo, surge tensionamento à precarizante educação rural. De acordo Fortes (2015, p. 5):

A inserção da Educação do Campo na agenda pública foi fortalecida após a realização da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. A Educação do Campo na política educacional demonstra seu fortalecimento com o lançamento do Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária, em 1998, salientando a força dos movimentos sociais, conquistada pelo acúmulo de experiências e conhecimentos na área.

Certamente essa trajetória foi fortemente elencada pelos movimentos sociais, assim como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), uma iniciativa de implementar políticas públicas voltadas à Educação do Campo, juntamente com o MEC, organizado pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e Conselho Nacional de Educação (CNE), por rejeitarem o fechamento das escolas do campo e defenderem a educação. Porém, é notório o descaso encontrado mediante o desinteresse em que o Estado se manifesta a Educação do Campo, pelo bloqueio dos recursos aos movimentos como PRONERA, conseguindo desenterrar o “ruralismo pedagógico” presente em 1940 através da Escola Ativa adotada pelo MEC. “Questões desafiantes a Educação do Campo, mas transcendentemente de educação rural” (CALDART, 2012).

## **MARCOS LEGAIS E A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL**

O direito à educação está ligado ao reconhecimento da dignidade da pessoa humana e na construção de uma sociedade livre, justa, solidária e com menos desigualdades sociais. Como prevê a Constituição Federal de 1988, no Art. 205 “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. De acordo com Secad (2007, p. 9):

O reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades é recente e inovador, e ganhou força a partir da instituição, pelo Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Esse reconhecimento extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses indivíduos.

Na década de 1960, a educação rural foi adotada pelo Estado como estratégia de suposta contenção do fluxo migratório do campo para a cidade, com o lema hoje exaustivamente criticado “fixar o homem no campo”, aparecia como uma solução de um problema produzido pelo próprio Estado nos conjuntos de suas políticas educacionais e agrárias. Em 1964, apesar da repressão sofrida pelo governo militar que resultou na desarticulação e na suspensão de muitas dessas iniciativas voltadas para os movimentos populares, as organizações da sociedade civil, especialmente as ligadas à educação popular, incluíram a educação camponesa na pauta dos temas estratégicos para a redemocratização do país. A ideia era reivindicar e simultaneamente construir um modelo de educação sintonizado com as particularidades culturais, os direitos sociais e as necessidades próprias à vida dos camponeses (SECAD, 2007).

Nesse momento passam a atuar juntos sindicatos de trabalhadores rurais, organizações comunitárias do campo, educadores ligados à resistência à ditadura militar, partidos políticos de esquerda, sindicatos e associações de profissionais da educação, setores da igreja católica identificados com a teologia da libertação e as organizações ligadas à reforma agrária, entre outras. Afim de estabelecer um sistema público de ensino para o campo, baseado no paradigma pedagógico da educação como elemento de pertencimento cultural.

Ainda de acordo com Secad (2007) destacam-se nesse momento as ações educativas do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e do Movimento Eclesial de Base (MEB). Além dessas ações em 1980 foi elaborada pelo MEC II Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto que resultou na criação de programas tais como

o Programa Nacional de Ações Socioeducativas e Culturais para o Meio Rural (PRONASEC) e o Programa de Extensão e Melhoria para o Meio Rural do Nordeste (EDURURAL-NE).

A partir desse contexto de mobilização social, a Constituição de 1988 consolidou o compromisso do Estado e da sociedade brasileira em promover a educação para todos, garantindo o direito ao respeito e à adequação da educação às singularidades culturais e regionais. Assim sendo, somente a partir da Constituição foi que a legislação brasileira relativa à educação passou a contemplar as especificidades das populações identificadas com o campo. Antes disso, a educação para essas populações foi mencionada apenas para propor uma educação instrumental, assistencialista ou de ordenamento social (SECAD, 2007). Para complementar a Constituição a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) traz no Art. 28, que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Em 1998, foi criada a “Articulação Nacional por uma Educação do Campo”, entidade supra organizacional que passou a promover e gerir as ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo em nível nacional. Dentre as conquistas alcançadas por essa Articulação estão a realização de duas Conferências Nacionais por uma Educação Básica do Campo - em 1998 e 2004, a instituição pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002 e a instituição do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), em 2003” (SECAD, 2007).

De acordo com Molina e Freitas (2011), sob o foco das lutas pela ampliação da Educação do Campo, há alguns avanços que merecem ser pontuados. Cabe, porém, a ressalva de que esses avanços não podem ser analisados sem que se considere o fato de enfrentarmos problemas

extremamente graves na perda dos direitos dos sujeitos do campo, ou seja, o avanço na garantia do direito à educação deve se dar vinculado à garantia do direito à terra, ao trabalho e à justiça social. E, na última década, não houve avanços nesses aspectos no campo, conforme comprovam os dados do último censo Agropecuário, no qual se constata o aumento da concentração fundiária.

Pode-se considerar como avanços as conquistas alcançadas no âmbito da garantia do direito à educação para os camponeses: os programas educacionais destinados a estes sujeitos sociais; a inserção do tema na agenda de pesquisa das universidades públicas brasileiras; o aprofundamento da articulação entre diferentes movimentos sociais e instituições a partir da criação do Fórum Nacional de Educação do Campo - FONEC (MOLINA; FREITAS, 2011).

Por fim, no que se refere a legislação e os marcos legais, o Movimento de Educação do Campo tem acumulado a partir de diversas lutas (nacionais, estaduais e municipais) um conjunto importante de instrumentos legais<sup>2</sup> que reconhecem e legitimam as condições necessárias para que a universalidade do direito à educação se exerça, respeitando as especificidades dos sujeitos do campo. Há também programas de políticas públicas implementados, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, Programa Nacional das Licenciaturas do Campo – PRONACAMPO, Fórum Nacional da Educação do Campo – FONEC, Rede Mineira da Educação do Campo de Minas Gerais – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG, Programa ProJovem Campo e o Programa de formação Escola do Campo.

De acordo com Molina e Freitas (2011, p. 23), embora esses programas enfrentem dificuldades em sua execução – especialmente no que diz respeito à quantidade e à morosidade na liberação dos recursos para efetivação das ações

---

<sup>2</sup> São eles: Constituição Federal – 1988; Lei de Diretrizes e Base – LDB, nº 9.394/96; Parecer CEB, nº 36 de 04/12/2001; Resolução nº 01 de 03/04/2002; Resolução nº 614 de 17/02/2004; Resolução nº 02 de 28/04/2008; Resolução nº 21, CD/FNDE de 26/05/2008; Resolução nº 46, CD/FNDE de 24/08/2009; Resolução nº 436, CEE/CEB de 08/10/2009; Resolução nº 05, CEE/CEB de 22/05/2012; Resolução nº 40, CD/FNDE de 26/07/2011; Resolução nº 01, CD/FNDE de 07/01/2011; Plano Nacional de Educação – PNE; Decreto nº 7.352 de 04/11/2010; Portaria nº 86 de 02/02/2013; Portaria nº 576 de 02/07/2013; Resolução SEE, nº 2.820/2015 - Diretrizes para a Educação Básica nas Escolas do Campo de MG; Resolução SEE, nº 019/2016.

que apoiam –, eles constituem-se em práticas concretas de parte das concepções da Educação do Campo.

As efetivações dessas legislações significam passos decisivos e imprescindíveis para a garantia do direito das populações do campo à uma educação de qualidade. Seguindo essa perspectiva, faz-se necessário pensar a relação entre a demanda e o atendimento educacional dessas populações, tanto nos seus aspectos quantitativos quanto qualitativos. Para isso, é necessário levantar as principais dificuldades enfrentadas pelas escolas, tais como: infraestrutura, formação e remuneração de professores, acesso e permanência dos alunos na escola, entre outros (SECAD, 2007).

Ao analisar a trajetória da educação, é notório o percurso que a Educação do Campo no Brasil conquistou, alcançando em aspectos de ordem política, econômica e social bastante êxito. Pois foram e é por meio dos movimentos sociais que se teve melhorias na qualidade da educação para os povos do campo.

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

O contexto desta produção está atrelado à primeira etapa do projeto de extensão “Cartas e contos da terra: memórias do território de Divinópolis (MG)” vinculado ao Programa de extensão “Encontro de Saberes” da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). O foco deste artigo é o movimento metodológico de mapeamento do contexto da Educação do Campo em Divinópolis (MG), porém este possibilitou ações extensionistas que ocorreram concomitantemente. Posteriormente, esta organização dos processos e conhecimentos produzidos caracterizou como um Trabalho de Conclusão de Curso defendido em 2022.

Esse conjunto de ações foi desenvolvida enquanto as atividades acadêmicas aconteciam remotamente, fato provocado pela pandemia do Covid-19. Nesse sentido, os esforços de extensão e pesquisa foram afinados para a produção do conhecimento aqui apresentado.

O percurso metodológico referente a este recorte das ações extensionistas aciona um trabalho investigativo de caráter qualitativo e

quantitativo, de natureza documental. O método qualitativo é uma abordagem subjetiva, gera ideias e questões para pesquisa, descreve os significados e as descobertas, depende do contexto. Já no método quantitativo, os pesquisadores valem-se de amostras e informações numéricas. Optamos nessa pesquisa em associar essas metodologias por apresentar as razões ou contradições dos dados da pesquisa junto aos órgãos responsáveis em relação aos dados observados nas legislações vigente (LAKATOS; MARCONI, 2011).

O estudo documental, análises exploratórias e investigativas teve como foco o cenário da educação para estudantes das comunidades e escolas em contexto rural do município de Divinópolis (MG). Partimos para a busca de dados junto aos órgãos responsáveis pela Educação no município. É importante salientar que, devido ao momento pandêmico o qual estávamos vivenciando no momento desta pesquisa, todas as nossas coletas de dados foram feitas via telefone, redes sociais (WhatsApp) e e-mail.

No primeiro momento, fizemos contato com a Prefeitura Municipal de Divinópolis e a Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis – SEMED, onde conseguimos obter dados importantes da pesquisa – de forma qualitativa e quantitativa – como: número de comunidades rurais no entorno do município, principais comunidades ativas no contexto escolar e suas particularidades com relação à metodologia, corpo docente e acesso ao transporte.

O setor de Geomapeamento da Prefeitura de Divinópolis nos ofereceu acesso a alguns mapas – urbanos e rurais – do município, onde foi possível analisar detalhadamente essas comunidades, bem como suas localizações e a distância entre elas. Além disso, junto à prefeitura tivemos acesso ao Plano Diretor de Divinópolis, elaborado no ano 2009.

O Plano Diretor é uma lei municipal elaborada pela Prefeitura com a participação da Câmara Municipal e da sociedade civil que visa estabelecer e organizar o planejamento territorial da cidade e orientar as prioridades de investimentos. Através do documento tivemos acesso à quantidade de habitantes na área rural, taxas de vulnerabilidade presentes nas comunidades, elementos da identidade cultural e mapas das regiões.

Nossas análises foram, portanto, em cima dessas informações, embora reconhecemos que há uma lacuna temporal em que esses dados certamente sofreram modificações. Sendo assim, fizemos o esforço de articular esses dados de 2009 aos fatos e situações mais recentes da temática nesse território.

Para obter dados junto a SEMED, elaboramos um esquema com as nossas principais dúvidas relacionadas ao contexto escolar e enviamos para diversos os setores: administrativo, de planejamento, de transporte, de ações educativas e dinâmicas escolares. Assim, de acordo com os nossos questionamentos, cada setor nos ofereceu dados atualizados e condizentes com a nossa temática.

Além disso, buscamos também dados sobre a situação com relação a qualificação profissional dos docentes e a oferta de cursos para atender esses atributos. Para isso, foi realizada pesquisas em sites de Universidades, a fim de obter informações sobre a oferta de cursos de capacitação ou formação continuada disponíveis para professores que atuam junto aos sujeitos do campo.

Para finalizar a nossa pesquisa, acionamos também o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Municipal do Município de Divinópolis (SINTEMMD), afim de compreender qual a participação e envolvimento do órgão e dos movimentos sociais junto às comunidades rurais. O SINTEMMD tem como objetivo atuar sob a formação política dos trabalhadores/as da educação Municipal. Segundo o responsável pelo Sindicato, não há existência de movimentos sociais e projetos específicos destinados à Educação do Campo em Divinópolis, agravando a falta de mudanças ou reformulações no contexto educacional.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

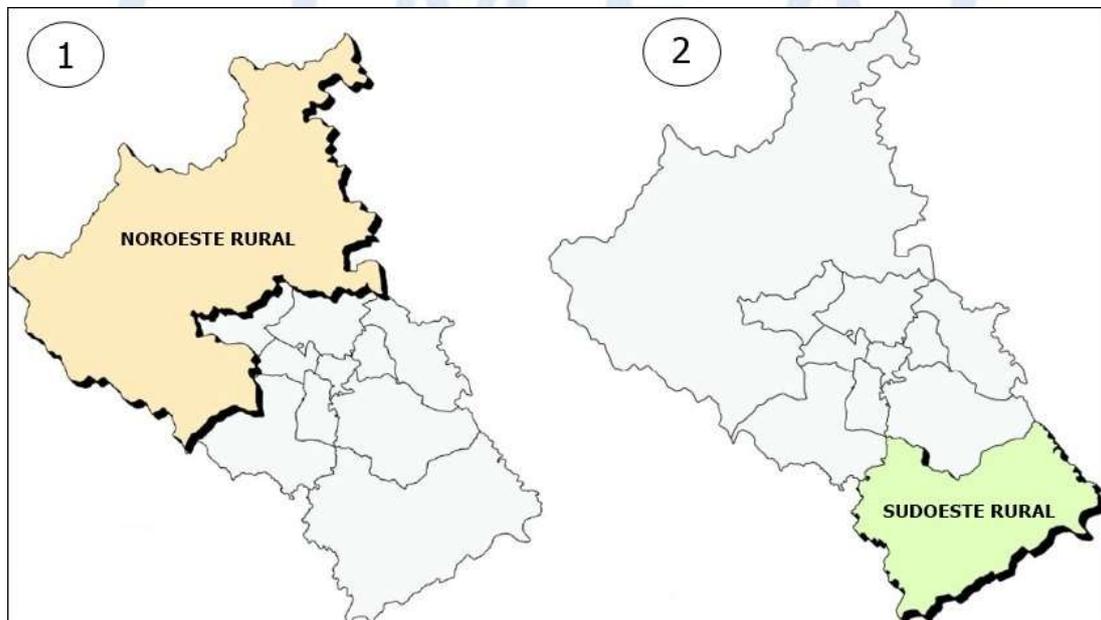
Ainda que a cidade de Divinópolis seja muito conhecida no estado pela mineração e como pólo da produção têxtil – setores de muita importância para o desenvolvimento econômico –, a cidade possui também diferentes grupos nos arredores que se mobilizam em outras lógicas nesse território, sobretudo de

manejo com a terra. Apesar da expansão urbana, o município conta com um total de 44 comunidades rurais em seu entorno.

Destaca-se que, segundo os dados do IBGE (PDPMD, 2012, p.514), das 5.563 pessoas residentes na área rural de Divinópolis, a grande maioria são crianças e adolescentes (60%), seguido dos adultos (25%), sendo pouco significativo a presença de idosos (8%) e jovens (7%).

A região rural de Divinópolis tem seu planejamento dividido em duas regiões, a região Rural Noroeste e a região Rural Sudoeste, que totalizam aproximadamente 73,2% do território municipal. A região Noroeste Rural é composta por 29 comunidades, mais algumas chácaras, que totalizam 3.618 habitantes, o equivalente a 65% da população rural do município. Já a região Rural Sudoeste envolve 12 comunidades rurais, além do Ferrador e Roseiras, áreas urbanas do município de Divinópolis. A região tem 1.945 habitantes e compreende 35% da população rural do município (PDPMD, 2012).

Figura 1: mapas das regiões rurais de Divinópolis



Legenda: Figura 1.1 – região **Noroeste Rural**, inclui as comunidades: Branquinhos, Cachoeirinha, Choro, Córrego Falso, Costas, Fortaleza, Quilombo, Junco, Lopes, Mata dos Coqueiros, Piteiras, Amadeu Lacerda, Tamboril, Rua Grande, Posses, Mutirão, Olaria, Perobas, Lagoa, Jararaca, Djalma Dutra, Lava Pés, Cacôco de Baixo e Cacôco de Cima. Figura 1.2 – região **Sudoeste Rural** compreende as comunidades: Boa Esperança, Boa Vista, Buritis, Cachimba, Chácaras Belo Horizonte, Córrego da Divisa, Córrego do Paiol, Ferrador, Paivas, Pari, Passagem, Roseiras, Tavares. Fonte: editado de PDPMD (2012, p.520 e 527).

Entendemos por “comunidade rural” o conjunto de pessoas que se constituem e desenvolvem suas atividades familiares no território do campo, ou seja, em espaço não urbano. Assim sendo, o governo deve se atentar e manter ativo esse cenário no qual também necessita de viabilizações como nos centros urbanos, principalmente no campo educacional. Cada comunidade rural pressupõe seus meios econômicos, tradições e residência nessas localidades, além de cada comunidade possuir sua própria nomeação.

No município de Divinópolis, cada comunidade apresenta características peculiares e próprias, todas elas ainda preservam a tradição da cultura popular e religiosa, com forte presença do Congado, Reinado, Festa do Rosário, Festa da Cruz (um festejo religioso e de tradição portuguesa com mais de 130 anos), além disso, tem forte potencial para o turismo cultural, ecológico e de aventura, com a presença de cachoeira, represa - mais conhecida como Lago das Roseiras, produção artesanal e tradicional da cachaça. A região Noroeste Rural por ser uma região montanhosa, é muito utilizada também para a prática de escalada e trilha de *mountainbike* e *motocross* (PDPMD, 2012).

Os moradores dessas comunidades, desempenham um papel importante na produção de alimentos local, realizada, principalmente, em unidades voltadas à agricultura familiar. Os eixos de estruturação entre as comunidades ocorrem através de estradas rurais, sendo este um importante aspecto, especialmente quando se consideram a mobilidade e o escoamento da produção. Ambas as regiões apresentam fatores de vulnerabilidade que devem ser mencionados. A região Noroeste Rural destaca a presença de domicílios em situação de pobreza e miséria (28,6%), a fragilidade na posse dos imóveis rurais (18,6% dos domicílios), bem como a condição dos responsáveis pelos domicílios, com presença de analfabetos (17,4%) e de mulheres chefes de família (24,1%) - (PDPMD, 2012).

A vulnerabilidade na região Sudoeste Rural está relacionada principalmente à presença de domicílios em pobreza e miséria (26,2%) e por situações de fragilidade na posse do domicílio (15,4%), condição bastante comum na área rural. Com relação à sua população é significativo o percentual de domicílios com crianças, adolescentes e idosos (35,6%). Além disso, a

condição social dos responsáveis apresenta condicionantes de vulnerabilidade: domicílios com responsáveis analfabetos (21,3%) e com mulheres chefes de família (33,4%) (PDPMD, 2012).

Como é possível observar, a baixa escolaridade característica expressiva da área rural, é bastante presente nas regiões. De acordo com PDPMD (2012, p. 515) “parcela significativa dos jovens da área rural possui baixa escolaridade. Da população de 15 a 24 anos, que já deveria ter concluído o ensino fundamental, 34,8% não possuem instrução ou têm fundamental incompleto”.

De acordo com dados oficiais do IBGE, os adultos também apresentam escolaridade baixa, sendo que 67,2% não têm instrução ou possuem ensino fundamental incompleto. Se considerados também os que não completaram o ensino médio, esse percentual chega a 82,4%, expressiva parcela da população adulta que não possui a educação básica. Nesta faixa da população, a taxa de analfabetismo é de 7,7%. Reconhecendo a complexidade das demandas da sociedade contemporânea e a indissociabilidade entre o campo e a cidade, a baixa escolaridade da população no meio rural constitui um fator de vulnerabilidade importante (PDPMD, 2012).

O índice de analfabetismo no campo é alarmante, de acordo com o IBGE (PNAD, 2017) a taxa de analfabetismo no campo é de 17,7%, contra 5,2% nas cidades. Já a escolaridade média é de 8,7 anos no campo e 11,6 nas cidades. Refletir sobre esse aspecto significa muito mais do que analisar dados estatísticos, mas pensar sobre a relação entre os elementos da sua tríade estruturante: campo – educação – políticas públicas. Nesse sentido, as escolas do campo, são elementos essenciais para a luta e garantia do direito à educação escolar aos camponeses, entretanto sem o envolvimento do Estado e dos municípios para consolidar esses direitos, não há como oferecer uma educação digna aos sujeitos do campo. Molina (2015, p. 379), nos alerta que:

É necessário debater sobre articulação das lutas por políticas públicas específicas, com as lutas nacionais em defesa da Educação Pública; necessidade de intensificação das lutas contra o fechamento de Escolas do Campo e pela abertura de novas unidades escolares; ampliação do enfrentamento à invasão ideológica do agronegócio nas escolas do campo;

defesa das políticas públicas já conquistadas; e criação de novas políticas necessárias aos enfrentamentos dos desafios atuais da Educação do Campo.

Desse modo, os dados coletados na pesquisa investigativa nos mostram que, o município deixa a desejar no sentido de oferecer uma escola do campo para os alunos das comunidades rurais. Apesar dos dados apresentarem forte incidência de analfabetos na área rural, o município ainda tem uma deficiência na oferta educacional para esses sujeitos. O município com 44 comunidades rurais e conforme dados da SEMED (2021), conta apenas com 4 escolas do campo, como mostrado seguir:

Quadro 1: Escolas do Campo - Divinópolis (2021)

ESCOLA	COMUNIDADE	ALUNOS EDUCAÇÃO INFANTIL	PROFESSORES EDUCAÇÃO INFANTIL	ALUNOS ENSINO FUNDAMENTAL	PROFESSORES ENSINO FUNDAMENTAL	TOTAL DE ALUNOS	TOTAL DE PROFESSORES
E.M. BENJAMIN CONSTANT	BURITI	27	02	167	19	194	21
E.M. EMÍLIO RIBAS	CHORO	14	01	60	05	74	06
E.M. ANTÔNIO PIO DA SILVA	FERRADOR	07	01	43	04	50	05
E. M. DIONÍSIO JOAQUIM RODRIGUES	CACOCO	53	03	60	07	113	10
<b>TOTAL GERAL:</b>						<b>431</b>	<b>91</b>

Fonte: SEMED (2021).

A Escola Municipal Antônio Pio encontra-se na comunidade Ferrador - considerada área urbana do município, porém de acordo com SECAD (2007, p. 14) as escolas do campo são aquelas que têm sua sede no espaço geográfico classificado pelo IBGE como rural, assim como as identificadas com o campo, mesmo tendo sua sede em áreas consideradas urbanas. Essas últimas são assim consideradas porque atendem a populações de municípios cuja produção econômica, social e cultural está majoritariamente vinculada ao campo.

Além disso, apesar de não mencionada nos dados acima, a Escola Municipal Professora Veneza Guimarães de Oliveira, embora esteja localizada na comunidade rural de Santo Antônio dos Campos – Ermida, não é considerada Escola do Campo pelo Censo Escolar. Conforme mostrado no quadro 3, atualmente a escola atende em média 26 comunidades rurais. Constitui mais um

aspecto da inseparabilidade do campo e da cidade e da divisão entre rural e urbano, debate exaustivo no campo geográfico.

Quadro 2: Escolas do Campo e área de abrangência no município de Divinópolis (SEMED)

EM. Benjamin Constant	EM. Prof. Veneza Guimarães de Oliveira	EM. Dionísio Joaquim Rodrigues	EM. Emilio Ribas	EM. Antônio Pio da Silva
Comunidade: Buritis	Comunidade: Ermida	Comunidade: Cacôco	Comunidade: Choro	Comunidade Ferrador
Boa Esperança, Boa Vista, Buritis, Córrego do Paiol, Paivas, Passagem***, Ribeirão do Servo***, Sete Lagoas – região Buritis, Córrego dos Marcelinos, Córrego do Urubu, Postes, Ribeirão Frio, Gameleira – região Inhame.	Branquinhos, Cacôco de Baixo, Cacôco de Cima, Cacôco do Meio, Córrego Falso, Djalma Dutra, Furtados, Inhame, Jararaca, Lages, Lagoa, Lava pés, Lopes, Mata dos Coqueiros, Olaria, Posses Rua Grande, Santo Antônio dos Campos – Ermida, Tamboril, Estiva, Limeira – região Lopes, Fazenda da Lagoa, Fazenda Fumal, Fazenda Matinha, Grota de Trás, Jabotá.	Cacôco de Baixo***, Cacôco de Cima***, Cacôco do Meio***.	Choro, Costas, Piteiras, Quilombo.	Ferrador, Lago das Roseiras, Passagem, Ribeirão do Servo, Barragem – Carmo do Cajuru.

Legenda: \*\*\* Os alunos da região do Cacôco são transportados para as escolas: EM. Dionísio Joaquim Rodrigues, EM. Dona Maria Rosa, EM. Hermínia Corgosinho, EM. Professora Veneza Guimarães e EE. Antônio Belarmino Gomes, de acordo com a faixa etária dos estudantes. Os alunos das regiões Passagem e Ribeirão do Servo são transportados para as escolas EM. Benjamin Constant e EM. Antônio Pio da Silva. Fonte: SEMED (2021).

Além dessas contradições entre a baixa oferta de escolas próximas às comunidades rurais e o índice de analfabetismo nessas mesmas comunidades, em 2021 tivemos uma situação ainda mais alarmante sobre o fechamento de uma escola em contexto rural. A alegação para o fechamento da centenária escola, explicada no ato da remoção, é que o método adotado é multisseriada e atrapalha o aprendizado, e ainda que, é necessário adotar um protocolo para a covid-19. A comunidade não concordou com as alegações e disse que crianças a partir de 4 anos vão ter que acordar as cinco horas da manhã e percorrer um trajeto de 22 quilômetros em estrada de chão que leva uma hora para ir e outra uma hora para retornar.

Figura 2: Retirada do restante dos móveis de escola em comunidade rural de Divinópolis (MG) em 2021



Fonte: <https://divinews.com/2021/06/23/gleidson-azevedo-psc-fecha-escola-com-mais-de-100-anos-de-existencia-e-gera-revolta-em-comunidade-rural-de-divinopolis/>. Acesso: 28 de Dez de 2021.

De fato, situações como esta reforçam cada vez mais a triste realidade que enfrenta os sujeitos do campo com relação à oferta escolar. Entre outras diversas, destaca-se que, uma das principais consequências disso é o aumento do tempo de deslocamento das crianças até as escolas, devido às longas distâncias a percorrer e a longos períodos fora de casa, gerando mais cansaço e aumentando os riscos associados ao deslocamento destas crianças entre casa e a escola e vice-versa.

Frisa-se que, é extremamente necessário refletir sobre esse fenômeno do fechamento das escolas do campo a partir da relação entre os elementos da sua tríade estruturante, não é uma questão apenas educacional, mas social e política. Lutar contra esse processo, significa lutar contra o modelo hegemônico no campo brasileiro hoje, o agronegócio. Segundo Molina (2015, p. 388):

O fechamento das escolas integra o intenso processo de processo de desterritorialização dos camponeses, acelerando a liberação de mais terras para a nova lógica de acumulação do capital no campo, representado pelo agronegócio. Reforça ainda que, a intensa e veloz redução do número de escolas existentes no território rural não pode ser vista em separado deste processo – o agronegócio. Já existem teses de doutorado que comprovam a relação entre estes fenômenos, entre as quais destaca-se a que produziu um relevante estudo cartográfico no qual, a partir da sobreposição de mapas nos quais se registra os territórios do avanço do agronegócio na região Centro-Oeste, se demonstra a

fagocitose das escolas rurais nos mesmos espaços, como o corolário da desterritorialização dos sujeitos camponeses por este modelo hegemônico de organizar a agricultura.

Além disso, outro ponto que merece ser debatido no sentido do fechamento das escolas do campo é sobre a política de transporte, haja vista que, o valor de repasse dos recursos que ela movimenta é alto, o que contribui para fechamento de turnos, de turmas, e de escolas.

Esta política se estrutura por meio de dois programas principais: o Programa Nacional de Transporte Escolar e o Programa Caminhos da Escola. De acordo com o próprio Ministério da Educação, o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE) foi criado em 1994, por meio da Portaria Ministerial nº 955, de 21 de junho, [...] com o objetivo de contribuir financeiramente com os municípios e organizações não-governamentais para a aquisição de veículos automotores zero quilômetro, destinados ao transporte diário dos alunos da rede pública de ensino fundamental residentes na área rural” e ainda, “das escolas de ensino fundamental que atendam alunos com necessidades educacionais especiais” (FNDE, 2010, s/p).

Já o Programa Caminhos da Escola foi criado em 2008, com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica no campo, nas redes estaduais e municipais (MOLINA, 2015).

Em relevante estudo sobre o tema, os pesquisadores Ferreira e Brandão (2017, p. 8) afirmam que:

O [...] aumento expressivo nos repasses do PNATE aos estados e municípios visa possibilitar a continuidade das escolas no campo, o que não justifica a, continuidade do fechamento de escolas no campo e a política do transporte escolar, visto que o valor passou de R\$ 56.885.545,80 milhões, em 2003, para R\$ 596,4 milhões em 2010. Além disso, de acordo com os dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (2015), os cinco primeiros anos de execução (2008 a 2012) do Programa Caminho da Escola, teve um investimento do Ministério da Educação de R\$ 5,2 bilhões, com os quais foram entregues 25.889 ônibus escolares.

Analisando o cenário atual com relação a oferta de transporte nas comunidades rurais do município de Divinópolis, de acordo com a SEMED (2021), todas as unidades escolares do campo são contempladas com transporte escolar, por meio de duas modalidades de atendimento: veículos alugados e Cartão Divipass. O transporte escolar dos alunos é oferecido por meio de frota terceirizada, em vans, ônibus, micro-ônibus, Kombi e é pago com verba do município, do Governo Federal, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte (PNAT) e parceria com a Secretaria do Estado.

Assim, os alunos da região de Ermida são transportados em 14 veículos/rotas que são definidos de acordo com a logística. Esses alunos, de acordo com a faixa etária, são transportados para: E.M Professora Veneza Guimarães de Oliveira, Cemei José Clementino Filho e E.E. Antônio Belarmino Gomes.

No ano de 2021 estavam sendo atendidos 403 alunos dessas regiões, contemplando as seguintes comunidades rurais: Mata dos Coqueiros, Córrego Falso, Lopes, Branquinhos, Cacôco de Baixo, Cacôco de Cima, Cacôco do meio, Djalma Dutra, Estiva, Fazenda da Lagoa, Fazenda Fumal, Fazenda Matinha, Furtados, Grotta de Trás, Inhame, Jararaca, Jatobá, Lagoa, Lages, Lava-pés, Limeira, Olaria, Posses, Rua Grande e Tamboril.

De acordo com dados apurados (quadro 3), os alunos das comunidades acima mencionadas, além de estarem inseridos em uma escola que de acordo com o Censo Escolar não é considerada escola do campo, o que se torna um fator prejudicial para os sujeitos que a frequenta, haja vista que, existe uma grande possibilidade do planejamento pedagógico ter um foco na escolarização urbana, deixando de atender as especificidades das comunidades locais, ainda tem que se deslocar muitos quilômetros para terem acesso escolar, sem falar no tempo gasto para deslocamento de ida e volta. Abaixo apresentamos alguns quadros que demonstram essa dificuldade.

Quadro 3: Distância e tempo deslocamento entre a Escola Municipal Prof. Veneza Guimarães de Oliveira e a comunidade Santo Antônio dos campos – Ermida

Comunidade atendidas pela escola	Distância entre localidades (KM)	Tempo gasto (minutos)	Total KM percorrido aluno	Total tempo gasto deslocamento - ida e volta (minutos)
Branquinhos	7,3	17	14,6	34
Cacôco de Baixo	16,1	20	32,2	40
Cacôco de Cima	16,1	20	32,2	40
Cacôco do Meio	16,1	20	32,2	40
Córrego Falso	12,4	26	24,8	52
Djalma Dutra	10,2	21	20,4	42
Furtados	0	0	0	0
Inhame	11,2	28	22,4	56
Jararaca	0	0	0	0
Lages	0	0	0	0
Lagoa	7,4	16	14,8	32
Lava pés	5,4	14	10,8	28
Lopes	9,9	18	19,8	36
Mata dos Coqueiros	16	33	32	66
Olaria	0	0	0	0
Posses	0	0	0	0
Rua Grande	6,5	16	13	32
Santo Antônio Campos - Ermida	850 metros	3	1,7	6
Tamboril	4,7	12	9,4	24

Legenda: As comunidades/fazendas que estão com informações zeradas, não conseguimos dados para pesquisa. Fonte: Google Maps (2022).

De acordo com a pesquisa, os alunos da Região do Buritis utilizam as duas modalidades de transporte. Os alunos do Ensino Médio utilizam o cartão Divipass ofertado pela SEMED e estudam em diversas escolas de Divinópolis de acordo com a preferência familiar, no ano de 2021 estavam sendo atendidos 10 alunos. Já os alunos do Ensino Fundamental são transportados em 03 veículos/rotas para Escola do Municipal Benjamin Constant – Do campo. No ano de 2021 estavam sendo atendidos 127 alunos dessas regiões, contemplando as seguintes comunidades rurais: Butitis, Paivas, Sete Lagoas, Córrego dos Marcelinos, Passagem, Boa Esperança, Ribeirão Frio, Córrego do Paiol, Ribeirão do Servo, Boa Vista, Córrego do Urubu, Postes, Gameleira.

Quadro 4: Distância e tempo de deslocamento a Escola Municipal Benjamin Constant e a comunidade Buritis

Comunidade atendidas pela escola	Distância entre localidades (KM)	Tempo gasto (Minutos)	Total KM percorrido aluno	Tempo total gasto deslocamento (ida e volta)
Boa Esperança	0	0	0	0
Boa Vista	0	0	0	0
Buritis	6,8	13	13,6	26
Córrego do Paiol	9,8	20	19,6	40
Paivas	7	14	14	28
Passagem	0	0	0	0
Ribeirão do Servo	10,2	23	20,4	46
Sete Lagoas - Região Buritis	0	0	0	0
Córrego dos Marcelinos	0	0	0	0
Córrego do Urubu	0	0	0	0
Postes	0	0	0	0
Ribeirão Frio	0	0	0	0
Gameleira - Região Inhame	0	0	0	0

Legenda: As comunidades/fazendas que estão com informações zeradas, não conseguimos dados para pesquisa. Fonte: Google Maps (2022).

Já os alunos da Região do Cacôco são transportados para as escolas: E.M. Dionísio Joaquim Rodrigues, E.M. Dona Maria Rosa, E.M. Hermínia Corgosinho, E.M. Professora Veneza Guimarães e E.E. Antônio Belarmino Gomes de acordo com a faixa etária.

Quadro 5: Distância e Tempo de deslocamento entre a Escola Municipal Dionísio Joaquim Rodrigues e a comunidade Cacôco

Comunidade atendidas pela escola	Distância entre localidades (KM)	Tempo gasto (Minutos)	Total KM percorrido aluno	Tempo total gasto deslocamento (ida e volta)
Cacôco de Baixo	5,1	11	10,2	22
Cacôco de Cima	5,1	11	10,2	22
Cacôco do Meio	5,1	11	10,2	22

Fonte: Google Maps (2022)

Os alunos da região do Ferrador são transportados em 04 veículos/rotas para E.M. Antônio Pio da Silva, E.M. Maria Fonseca Peçanha e Cetepe. Em 2021 estavam sendo atendidos 53 alunos dessas regiões, contemplando as seguintes comunidades rurais: Lago das Roseiras, Barragem, Ferrador, Ribeirão do Cervo e Passagem.

Quadro 6: Distância e Tempo de deslocamento entre a Escola Municipal Antônio Pio da Silva e a comunidade Ferrador

Comunidade atendidas pela escola	Distância entre localidades (KM)	Tempo gasto (Minutos)	Total KM percorrido aluno	Tempo total gasto deslocamento (ida e volta)
Ferrador	500 metros	2	1	4
Lago das Roseiras	0	0	0	0
Passagem	0	0	0	0
Ribeirão do Servo	12,8	21	25,6	42
Barragem - Cajuru	4,6	9	9,2	18

Legenda: As comunidades/fazendas que estão com informações zeradas, não conseguimos dados para pesquisa. Fonte: Google Maps (2022).

Os alunos da região do Choro são transportados em 05 veículos. Esses alunos, de acordo com a faixa etária, são transportados para: E.M. Emílio Ribas, Cetepe, E.E. Miguel Couto, E.E. Joaquim Nabuco, E.E Dona Antônia Valadares, E.E Martin Cyprien. No ano de 2021 estavam sendo atendidos 103 alunos dessas regiões, contemplando as seguintes comunidades rurais: Choro, Costas, Piteiras e Quilombo.

Quadro 7: Distância e Tempo de deslocamento entre Escola Municipal Emilio Ribas e comunidade Choro

Comunidade atendidas pela escola	Distância entre localidades (KM)	Tempo gasto (Minutos)	Total KM percorrido aluno	Tempo total gasto deslocamento (ida e volta)
Choro	850 metros	3	1,7	6
Costas	13,7	20	27,4	40
Piteiras	0	0	0	0
Quilombo	5,8	10	11,6	20

Legenda: As comunidades/fazendas que estão com informações zeradas, não conseguimos dados para pesquisa. Fonte: Google Maps (2022).

Em suma, foi possível constatar que a maioria dos alunos enfrentam as dificuldades para acesso as escolas do campo, tanto com relação a distância percorrida entre as localidades quanto com o tempo gasto entre ida e volta. Elementos que nos traz à tona uma discussão importante sobre o fechamento das escolas do campo no município e os prejuízos para esses sujeitos. Hage (2011, p. 103) nos faz refletir que:

A inexistência de escolas suficientes no campo tem forçado o deslocamento de 48% dos alunos dos anos iniciais e 68,9% dos

anos finais do ensino fundamental para as escolas localizadas no meio urbano em todo o País, problema esse que se agrava à medida que os estudantes avançam para as séries mais elevadas, em que mais de 90% dos alunos do campo precisam se deslocar para as escolas urbanas a fim de cursar o ensino médio (Brasil. Inep, 2002). Se adicionarmos a essas informações as dificuldades de acesso às escolas do campo, as condições de conservação e o tipo de transporte utilizado, bem como as situações de tráfego das estradas, concluiremos que a saída do local de residência torna-se uma condição para o acesso à escola, uma imposição e não uma opção dos estudantes do campo.

Considerando que há um significativo volume de recursos públicos envolvidos nos repasses do transporte escolar rural, se torna inviável e equivocado os argumentos feitos na maioria das vezes pelos gestores que dizem fechar escolas “para reduzir gastos”. É urgente orientar as comunidades nesse sentido e politizar esse assunto junto a administração pública, enfatizando que não há motivos evidentes para justificar o fechamento das escolas do campo, violando o direito a “Educação para todos”, como menciona a Constituição Federal de 1988.

Vale ressaltar que, as poucas escolas que ainda existem são amparadas pelos recursos da educação, porém, de acordo com o que foi possível analisar não há um movimento efetivo para que ocorram melhorias. De acordo com dados da SEMED (2021), os principais desafios enfrentados pelo município para efetivas melhorias do cenário educacional nas comunidades rurais do município de Divinópolis, está relacionado as verbas recebidas pelo município. As escolas recebem verbas do município e também do Governo Federal, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Educação do Campo e PDDE Básico, que é pago para todas as escolas rurais e urbanas. O PDDE básico é repassado todos os anos, em duas parcelas, já PDDE Educação do Campo não tem uma periodicidade definida.

Assim, como essas verbas não têm frequência definida e às vezes são pagas parceladas, torna-se um empecilho para implantar ações de melhorias contínuas. Ainda segundo SEMED (2021), em 2021 duas escolas do campo do município foram contempladas com recurso do Programa Escola do Campo, do Governo Federal. A Escola Municipal Dionísio Joaquim Rodrigues, da

comunidade Cacôco, recebeu o valor equivalente a R\$ 13.000,00 (treze mil reais) e a Escola Municipal Benjamin Constant, da comunidade Buritis, recebeu o valor equivalente a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), recursos destinados a melhorias na infraestrutura e também na compra de equipamentos.

Sem dúvidas, todos os investimentos feitos nas escolas são importantes e necessários, porém como não são constantes e por igual para todas as escolas do campo existentes no município, resulta na impossibilidade de haver grandes melhorias e/ou reformulações. Nesse sentido, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Municipal do Município de Divinópolis – SINTEMMD (2021), destaca que:

A última proposta de projeto/mudança/reformulação destinado em específico a Educação do Campo, foi no Plano Decenal de Educação, onde teve uma parte destinada a Educação do Campo, mas que não houve grandes mudanças e que há poucos investimentos, o que provoca evasão e migração de estudantes do campo para a cidade. E destaca ainda que, O SINTEMMD tem alguns limites de atuação, principalmente por ter muitas demandas na área trabalhista de servidores/as, nos últimos 6 anos não registramos nenhuma demanda oriunda da base para atuarmos nesse processo. Talvez a única atuação realizada foi mesmo no Plano Decenal e nas CONAes/CONAPE's (s/p).

Durante o contato com o SINTEMMD, identificamos pontos positivos na execução e formulações por novos direitos e assegurando todos já conquistados, porém, são centralizados no meio urbano, deixando o campo sem novas reformulações. Conseqüentemente, a precarização toma conta, como citado anteriormente há forte incidência de fechamentos de escolas, falta de recursos e amparo educacional.

A presença dos órgãos municipais, regionais e federais, além dos movimentos sociais são de extrema importância. Todos esses espaços se constituem espaços de luta, garantido o direito de uma educação de qualidade. Para obter uma Educação do Campo que atenda as especificidades dos sujeitos, é importante considerar não somente o ambiente territorial que os sujeitos estão fisicamente alocados como também os aspectos de identidade cultural, suas características e especificidades, ou seja, sua identidade campesina.

Seguindo essa perspectiva, dentre muitos desafios enfrentados para garantir uma Educação no campo de qualidade no Brasil, podemos dizer que o principal deles é a adequação do conteúdo a realidade rural, que passa por um outro desafio que o subordina: a capacitação docente. A preparação efetiva do professor para compreender que ele está desenvolvendo uma outra linha pedagógica, um outro conjunto de ações, um outro pensamento sobre aula, conteúdos e avaliações.

A LDB no seu Art. 28, traz muitas contribuições a fim de auxiliar na elaboração de um ambiente educacional propício para os sujeitos do campo, abrindo “espaço à inovação pedagógica no meio rural ao reconhecer a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença, preconizando uma formação básica que contemple as especificidades regionais e locais” (s/p).

Nessa lógica, para elaboração e efetivação de uma proposta político-pedagógica e curricular sintonizadas com os interesses e as necessidades das populações rurais, é fundamental pensar também a formação dos Educadores do Campo. Afinal, como oferecer uma Educação do Campo de qualidade sem um corpo docente alinhado para atender os objetivos da comunidade escolar? Para consolidar um sistema específico de escolas do campo, é preciso um corpo de professores identificados e formados para a garantia do direito à educação básica dos povos do campo, mesmo que esse corpo seja formado por professores urbanos que atuam nas escolas do campo, esses precisam estar aptos para atender as especificidades do campesinato. Nesse sentido, o Art. 4<sup>a</sup> do Decreto nº 7352 que dispõe sobre a política do PRONERA traz ainda que:

A União, por meio do Ministério da Educação, prestará apoio técnico e financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na implantação das seguintes ações voltadas à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo em seus respectivos sistemas de ensino, sem prejuízo de outras que atendam aos objetivos previstos neste Decreto: VI - formação inicial e continuada específica de professores que atendam às necessidades de funcionamento da escola do campo; VII - formação específica de gestores e profissionais da educação que atendam às necessidades de funcionamento da escola do campo.

Oferecer uma formação adequada aos educadores do campo significa aproximar esses profissionais de uma realidade ao qual estarão inseridos, reconhecendo os saberes do trabalho, da terra, das experiências e das ações coletivas sociais e legitimar esses saberes como componentes teóricos dos currículos. Para contribuir na efetivação desse processo de formação dos professores do campo, o mesmo decreto traz no seu Art. 5<sup>a</sup> § 2<sup>o</sup>: A formação de professores poderá ser feita concomitantemente à atuação profissional, de acordo com metodologias adequadas, inclusive a pedagogia da alternância, e sem prejuízo de outras que atendam às especificidades da Educação do Campo, e por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, foi possível identificar através de dados coletados junto a SEMED (2021) que não há nenhuma exigência por parte do município quanto a atuação do professor e sua formação para atuar nas escolas do campo. Os professores das escolas do campo participam das formações oferecidas para todos os profissionais da rede de municipal de ensino.

Ainda segundo dados da SEMED (2021), o município também não oferece uma formação inicial e/ou continuada aos docentes para atuar com os alunos dessas comunidades. Segundo a responsável, a formação inicial ou graduação é na universidade, o município oferece a formação continuada referente aos conteúdos trabalhados em cada ano de escolaridade e também formação para o desenvolvimento de projetos pedagógicos e outros, de acordo com as demandas das escolas.

Enfim, ainda que de uma forma geral o Brasil esteja passando por um processo intenso de discussão sobre a formação diferenciada para professores que trabalham em escola do campo, ainda temos poucas evidências no município de melhorias nesse sentido.

Outro fator relevante que deve ser destacado é com relação à oferta de cursos de formação inicial ou continuada oferecida pelas Universidades/Faculdades do município. Foi possível identificar por meio de buscas nos cursos de graduação das instituições do município que nenhuma Universidade oferece cursos específicos que englobam as características e critérios para formação de Educadores do Campo. A exemplo disso, podemos

citar a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), que também ainda não oferece cursos específicos que contribuem para formação desses professores.

Atualmente a Universidade só oferece algumas disciplinas eletivas. O Decreto nº 7352 reforça essa exigibilidade no seu Art. 5ª § 3º: o As instituições públicas de ensino superior deverão incorporar nos projetos político-pedagógicos de seus cursos de licenciatura os processos de interação entre o campo e a cidade e a organização dos espaços e tempos da formação, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Embora a legislação explicita a importância de formar professores para atuar de acordo com cada realidade local, atualmente as políticas públicas adotadas no município deixam a desejar nesse sentido, a não exigência e a falta de oferta de cursos específicos para os professores atuarem nas escolas do campo pode ser um fator prejudicial, pois muitas das vezes, por falta de experiência ou incentivo aos professores levam a uma metodologia e uma didática que são aplicadas nas escolas urbanas, isso pode fazer com que as especificidades do sujeito do campo sejam deixadas de lado.

Para finalizar, enfatizamos que, para surtir efeito na oferta e na qualidade de uma Educação do Campo que atenda às necessidades e especificidades do campesinato, é importante considerar três aspectos de envolvimento: Campo – Educação – Políticas Públicas. Caldart (2008, p. 45) nos traz essa reflexão quando diz que:

Ao refletir sobre os desafios da trajetória da Educação do Campo e seus significados, afirma se tratar de um conceito novo e em construção na última década, que somente pode ser compreendido/discutido na dinâmica específica dos sujeitos sociais do campo, cuja materialidade de origem exige que ela seja pensada/trabalhada sempre na tríade: Campo – Política Pública – Educação; um conceito em disputa, exatamente porque o movimento da realidade que ele busca expressar é marcado por tensões e contradições sociais muito fortes.

A autora nos diz que o campo é o mesmo primeiro termo da tríade, pois sua construção é pautada através das lutas sociais, concretas e de classes, mobilizando sua dinâmica político-educacional, partidas de uma identidade única

e personalizada de cada comunidade. Afinal, o objetivo principal da Educação do Campo é oferecer uma educação escolar específica, associada à produção da vida, do conhecimento e da cultura do campo e desenvolver ações coletivas com a comunidade escolar, numa perspectiva de qualificar o processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, é imprescindível considerar que a Educação do Campo é protagonizada pela luta dos sujeitos, na construção de um modelo de desenvolvimento baseado no trabalho camponês, na agroecologia, na soberania alimentar, na agricultura familiar e na justiça social, enfim, com características extremamente distintas do modelo hegemônico atual, em que a lógica prevalente é o lucro e não a vida (MOLINA, 2015).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta pesquisa buscou-se investigar sobre os principais desafios enfrentados pela população camponesa no cenário educacional, bem como a efetividade de políticas públicas no município de Divinópolis-MG. A Educação do Campo se encontra em um contexto que ainda está sendo construída e constituída, assim, esse trabalho pretendeu adentrar e investigar como tem sido o avanço dessas conquistas no município.

Observamos que os sujeitos das comunidades rurais do município ainda enfrentam muitos desafios, os principais deles se destacam o descaso e falta de acessibilidade com relação aos meios de transporte ofertado, fechamentos de escolas próximas as comunidades, falta de qualificação profissional específica para professores do campo. A partir desse último desafio anunciado – a formação docente -, foi possível perceber que há legislações que resguardam esses sujeitos quanto ao direito a uma educação justa e igualitária, porém existem lacunas diante desse cenário: como assegurar alunos por conteúdos que não interagem com suas vivências? Como exercer uma profissão sem se quer ter exigências para o cargo? Assim, sobre a oferta de escolarização para os sujeitos do campo vimos contradições em relação a realidade da comunidade, os conteúdos ofertados e os profissionais atuantes não estarem em consonância

com as especificidades do campesinato. É um processo educacional que ainda requer muito acompanhamento, investimento e qualificação.

Nessa perspectiva, foi possível constatar através dos órgãos responsáveis uma enorme ausência de transformações relacionados a Educação do Campo no município, segundo os dados há mais de seis anos que não há nenhuma reformulação no cenário educacional. Sabe-se que para se obter avanços e assegurar direitos é necessário um ambiente constituído pela luta e princípios justos, a modificação acontece quando se tem a presença de sindicatos e movimentos sociais envolvidos no processo.

Nesse sentido, é preciso que haja um fortalecimento dos órgãos direcionadores, para que se tenha uma real efetivação das políticas públicas, a fim de obter avanços e assegurar direitos no âmbito educacional ao campesinato. Um outro importante desafio a ser assumido por todos que participam da trajetória por uma efetiva Educação do Campo diz respeito a não permitir retrocessos nas políticas públicas forjadas com tantas lutas na última década.

Enfim, conclui-se que a existência de normativas não significa sua aplicabilidade, em um processo árduo que a mais de trinta anos tenta sobreviver em meio ao caos, ainda não consegue atender com eficácia seu principal público: os sujeitos do campo e suas especificidades.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo**: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.
- CALDART, Roseli Salete et. al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CALDART, Roseli Salete. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Educação do Campo**: campo - políticas públicas – educação. (NEAD Especial: 10). Brasília: INCRA; MDA, 2008. p. 44-55.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. **Fechamento de escolas do campo no Brasil e o transporte escolar entre 1990 e 2010**: na contramão da educação do campo. *Imagens da Educação*, v. 7, n. 2, p. 76-86, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/36910/pdf>>. Acesso 13 de Jan de 2023.

FNDE, **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/ acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3385-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-3-de-1%C2%BA-de-abril-de-2010-republicada-em-16-4-2010#:~:text=Imagens-,Resolu%C3%A7%C3%A3o%2FCD%2FFNDE%20n%C2%BA%203%2C%20de%201%C2%BA%20de%20abril,%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAscias.&text=Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal%20de%201988>>. Acesso: 09 de Jan de 2023.

FORTES, Elaine et. al. Aspectos Históricos e Contextuais da Educação do Campo: desafios de ontem e de hoje. *EDUCARE - Congresso Nacional de Educação*, XII. 2015.

GALEANO, Eduardo. **Dias e noites de amor e de guerra**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

HAGE, Salomão Mufarrej. Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino. Em Aberto / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 1-177, abr. 2011.

HAGE, Salomão Mufarrej. Movimentos sociais do campo e educação: referências para análise de políticas públicas de educação superior. Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 1, p.133-150. 2014. Disponível em:<<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1018/319>>. Acesso: 07 de Jan de 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro. 2017, 147p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 37). Disponível em : <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso: 12 de Jan de 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LDB, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. São Paulo: Saraiva, 1996. BRASIL. 9394/1996.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. Em Aberto / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011.

MOLINA, Mônica Castagna. A Educação do Campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 378-400, jul./dez. 2015.

NOTÍCIAS, Divinews. **Gleidson Azevedo (PSC) fecha escola com mais de 100 anos de existência e gera revolta em comunidade rural de Divinópolis**. Disponível em: <<https://divinews.com/2021/06/23/gleidson-azevedo-psc-fecha-escola-com-mais-de-100-anos-de-existencia-e-gera-revolta-em-comunidade-rural-de-divinopolis/>>. Acesso: 12 de Jan de 2023.

PDPMD, **Plano Diretor Participativo do Município de Divinópolis**. Divinópolis: SEPLAN/PMD, 2012.

PRONACAMPO, Programa Nacional de Educação do Campo. **DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010**. Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm)>. Acesso: 09 de jun de 2023.

RIBEIRO, Marlene. Verbete: educação rural. In: CALDART, R. S. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SECAD, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília – DF. Março de 2007.

SEMED, **Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis**. 2021.

SINTEMMD, **Sindicato dos Trabalhadores da Educação Municipal do Município de Divinópolis**. 2021.

SOUZA, Daniele Cristina de et al. A licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Triângulo Mineiro: território de contradições. **Revista Brasileira de Educação do Campo**. Tocantinópolis. v. 2. n. 1. p. 411 - 435. jan./jun. 2017. ISSN: 2525 - 4863. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/3374/9766>>. Acesso: 16 de jun de 2023.